



DAVI SCARPA DE PAULA SANTOS

**SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: ABORDAGEM
DESCRITIVA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO IMPACTO**

**LAVRAS – MG
2023**

DAVI SCARPA DE PAULA SANTOS

**SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: ABORDAGEM
DESCRITIVA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO IMPACTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Renato Silvério Campos
Orientador

LAVRAS-MG
2023

DAVI SCARPA DE PAULA SANTOS

**SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: ABORDAGEM DESCRITIVA E
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO IMPACTO**

**FOOD SAFETY IN BRAZIL: DESCRIPTIVE APPROACH AND
BIBLIOGRAPHICAL REVIEW OF IMPACT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

APROVADO em: 20 novembro de 2023.

Prof. Dr.: RENATO SILVÉRIO CAMPOS
Prof. Dr.: JANDERSON MARTINS VAZ

UFLA
UFLA

Prof. Dr. Renato Silvério Campos
Orientador

LAVRAS-MG
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, também agradeço a Universidade por tudo que foi proporcionado e pelo crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço a minha família por tudo que fazem por mim desde o primeiro dia que pisei no mundo, minha mãe Patrícia Braz Scarpa de Paula Santos, meu pai Carlos Eduardo de Paula Santos e minha irmã Fernanda Scarpa de Paula Santos.

Agradeço também a minha namorada Thais Beatriz da Silva por todo amor, conselhos, paciência e companheirismo nesses anos.

Agradeço aos meus amigos Heverton Daniel Reis, Cassio Borges Fernandes, Francisco Miguel de Abreu Siqueira, Caio Henrique Vieira Barbosa, Débora Rita Santiago Aquino, Gabriel Pacheco Felomeno, Júlio César Martins da Silva, Marcello Portella, Gabriel Henrique Domingos, Luis Paulo de Oliveira e Gustavo Ferreira Lopes por toda ajuda, companheirismo, fazendo assim, dias melhores durante o curso.

Agradecimento especial em memória ao meu eterno amigo Eliseu Batista Lopes o qual marcou minha vida para sempre e me ensinou tantas coisas as quais jamais poderia entender sem ele.

Agradeço também ao meu professor e orientador, Renato Silverio Campos, por toda ajuda prestada desde o início do curso até o momento final, sendo na minha opinião, o melhor professor que já tive em toda a vida, através de sua didática, conhecimento, ética e boa vontade em ajudar o próximo.

RESUMO

A segurança alimentar no Brasil é uma questão de grande relevância, que envolve a garantia do acesso adequado a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para a população. Este país, conhecido por sua vasta diversidade geográfica e cultural, enfrenta desafios complexos relacionados à alimentação e nutrição. O presente estudo tem como objetivo descrever a segurança alimentar no Brasil e evidenciar os impactos. Para responder a esse objetivo, será utilizada a metodologia da análise documental e bibliográfica, aliada à abordagem qualitativa na análise de dados e informações, proporcionando, assim, uma visão abrangente e aprofundada da segurança alimentar no Brasil. Os resultados revelaram que uma parcela significativa da população enfrenta desafios relacionados à disponibilidade e qualidade dos alimentos. Além disso, as disparidades regionais são notáveis, com regiões como o Norte e o Nordeste apresentando níveis mais elevados de insegurança alimentar em comparação com outras áreas do país. Esses dados enfatizam a importância de políticas e intervenções direcionadas para garantir o acesso adequado a alimentos nutritivos e de qualidade em todas as regiões do Brasil.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Políticas Públicas, Alimentos, Brasil, Pandemia.

ABSTRACT

Food security in Brazil is an issue of great relevance, which involves ensuring adequate access to safe, nutritious food in sufficient quantity for the population. This country, known for its vast geographic and cultural diversity, faces complex challenges related to food and nutrition. The present study aims to describe food security in Brazil and highlight the impacts. To respond to this objective, the methodology of documentary and bibliographic analysis will be used, combined with a qualitative approach in the analysis of data and information, thus providing a comprehensive and in-depth view of food security in Brazil. The results revealed that a significant portion of the population faces challenges related to food availability and quality. Furthermore, regional disparities are notable, with regions such as the North and Northeast showing higher levels of food insecurity compared to other areas of the country. These data emphasize the importance of targeted policies and interventions to ensure adequate access to nutritious, quality food in all regions of Brazil.

Keywords: Food Security, Public Policies, Food, Brazil, Hunger

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Prevalência de desnutrição no período de 2000 a 2021.....	22
Figura 2 - Prevalência de insegurança alimentar grave na população total de 2014 a 2021.....	22
Figura 3 - Prevalência de insegurança alimentar grave na população adulta masculina de 2014 a 2021.....	23
Figura 4 - Prevalência de insegurança alimentar grave na população adulta feminina de 2014 a 2021.....	24
Figura 5 - Figura 5: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total de 2014 a 2021.....	24
Figura 6 – Insegurança alimentar moderada ou grave na população adulta feminina de 2014 a 2021.....	25
Figura 7 – Insegurança alimentar moderada ou grave na população adulta masculina de 2014 a 2021.....	26
Figura 8 – Situação da insegurança alimentar no Brasil.....	28
Figura 9 - Mapa da fome no Brasil.....	31

LISTA DE SIGLAS

FAO – Organização das nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*)

ONU – Organização das Nações Unidas

PFZ – Programa Fome Zero

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
1.1.	JUSTIFICATIVA	11
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1.	SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO E PARADIGMAS	12
2.2.	O BRASIL E A SEGURANÇA ALIMENTAR: VISÃO INTRA E EXTRANACIONAL	14
2.3.	INSEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO E PARADIGMAS.....	15
3.	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	18
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
4.1.	SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: ANÁLISE DESCRITIVA	20
4.1.1.	A Insegurança Alimentar: O Caso Da Pandemia de COVID-19.....	21
4.2.	SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	27
4.2.1.	Identificação e Caracterização por Território.....	29
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERENCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

O conceito de segurança alimentar é extremamente abrangente, por possibilitar diversas interpretações (BELIK, 2003). Segundo Cavalli (2001), a segurança alimentar “é a garantia de acesso ao consumo de alimentos e abrange todo o conjunto de necessidades para a obtenção de uma nutrição adequada à saúde” (CAVALLI, 2001, p. 42).

Cavalli (2001) ainda ressalta que os programas que envolvam segurança alimentar são responsáveis por proporcionar um domínio de qualidade de toda a cadeia do alimento, indo da produção, passando pela armazenagem, distribuição até o consumo do alimento in natura ao processado, assim como a manipulação necessária dos alimentos.

Segundo Belik (2003), os países ricos protecionistas costumam criar barreiras para dificultar as importações, como justificativa utilizam motivos de segurança alimentar para elevar artificialmente os preços dos alimentos. Contudo, os países pobres, governados por líderes populistas, utilizam-se desse conceito para tabelar preços e impor pesadas perdas aos produtores agrícolas com o fim de contentar os seus eleitores. As políticas de segurança alimentar se tornam então importante aspecto para economia dos países.

Desde a época colonial no Brasil, os governantes já se preocupavam com a alimentação da população. Belik (2003) destaca que “essa preocupação termina por se transformar em políticas públicas a partir do século XX, com a emergência dos movimentos sociais contra a carestia” (BELIK, 2003, p. 13). Além disso, as políticas praticadas iniciando-se no século anterior, levavam em consideração diversos itens como a política agrícola, controle de preços, os sistemas de abastecimento, distribuição de alimentos, entre outros. Contudo, por volta de 1996, as intervenções pontuais da produção e o consumo tomam outra proporção e consequentemente, buscando outros objetivos (BELIK, 2003).

Conforme observado por Belik (2003, p. 13), naquele ano, o governo do Brasil, em conjunto com uma centena de nações, passou a considerar esse conjunto de políticas como parte de um esforço global para mitigar a situação de fome em seus respectivos territórios. Durante a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, diversos líderes de países, incluindo o Brasil, assumiram o compromisso de reduzir pela metade o contingente de indivíduos famintos até 2015.

Essa meta foi estabelecida após a equiparação do direito à alimentação aos demais direitos humanos delineados na Carta dos Direitos Humanos de 1948, durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, no ano de 1993. Essa mudança substancial na

concepção do direito à alimentação e o engajamento internacional em relação à diminuição das estatísticas associadas à fome colocam o Estado na posição de provedor e responsável pelo bem-estar alimentar de sua população (BELIK, 2003, p. 13).

Kepple (2011) descreve que há várias décadas, o nosso país tem desenvolvido ações de políticas públicas voltadas para a melhoria significativa da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população. Entretanto, essas ações ganharam maior visibilidade em 2003, quando passaram a ser uma prioridade para o Estado brasileiro, juntamente com o programa Fome Zero.

De acordo com Kepple (p.188, 2011), esse esforço de governo, juntamente com a expressiva mobilização da sociedade civil, vem exigindo o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação. Ele afirma que tais mecanismos são necessários tanto durante a implementação das ações, em relação à cobertura da população-alvo e aos desafios políticos e administrativos resultantes, quanto para medir o impacto das políticas na segurança alimentar da população. Portanto, a definição de indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) adequados a essas necessidades tornou-se fundamental e urgente.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo descrever a segurança alimentar no Brasil e evidenciar seus impactos. Isso é relevante, uma vez que o processo que garante a segurança e a qualidade dos alimentos, por parte do governo, das unidades de produção agropecuária, das indústrias e dos distribuidores, bem como dos consumidores, enfrenta diversas dificuldades (CAVALLI, 2001). Para responder a esse objetivo, será utilizada a metodologia da análise documental e bibliográfica, aliada à abordagem qualitativa na análise de dados e informações em um recorte temporal entre os anos 2000 a 2022, levando também em consideração os últimos acontecimentos de saúde pública no qual o mundo enfrentou a pandemia de COVID-19, que impactou diretamente nas causas de estudo relacionados a fome no Brasil, proporcionando, assim, uma visão abrangente e aprofundada da segurança alimentar no Brasil.

Especificamente, os objetivos são: i) descrever os níveis de segurança alimentar; ii) identificar e caracterizar a segurança alimentar no Brasil; iii) descrever os impactos da segurança alimentar no Brasil.

Ainda segundo Cavalli (2001), as políticas públicas estão se orientando cada vez mais para a descentralização estadual e municipal. Desta forma, a população que exige o controle de segurança de qualidade dos alimentos, ainda não é um número expressivo. Há no Brasil tanto a

fome, a miséria, como a falta de controle de qualidade efetivo, de vital importância para a população.

1.1. JUSTIFICATIVA

A amplitude de interpretações que envolvem o conceito de segurança alimentar, juntamente com os desafios inerentes ao processo de garantir a qualidade dos alimentos no contexto brasileiro, destaca a necessidade premente de uma investigação minuciosa sobre a relevância da qualidade alimentar.

Ao longo da trajetória histórica do país, as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar têm passado por transformações e adquirido cada vez mais importância, refletindo uma constante preocupação com a promoção do bem-estar alimentar da população. Esse compromisso do Estado em assegurar o acesso a alimentos de qualidade e a necessidade de desenvolver indicadores adequados para avaliar o impacto efetivo dessas políticas tornam imperativo conduzir uma análise ampla e aprofundada sobre a qualidade dos alimentos no contexto nacional. Nesse sentido, compreender as implicações e os impactos dessa questão torna-se crucial para informar e embasar a formulação de políticas e estratégias destinadas a garantir a segurança alimentar da população brasileira.

Este estudo está estruturado em cinco seções: a primeira tem a presente introdução, seguida pela fundamentação teórica fundamental para análise da importância da segurança alimentar no Brasil. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos que foram realizados para seguinte pesquisa. Após os procedimentos são apresentadas as discussões e resultados, seguidas das considerações finais e referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão consideradas as abordagens teóricas que balizam toda a discussão de resultados da pesquisa.

2.1. SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO E PARADIGMAS

Para falar de Segurança Alimentar, devemos voltar no tempo, especificamente em 1970, quando esse termo ganha maior expressividade na literatura acadêmica, governamental e dos organismos internacionais. Contudo, foi nas décadas iniciais do século XX, que a alimentação se conceituou a partir de uma nova perspectiva em países da Europa e na América do Norte: a “segurança”.

Segundo Burlandy; Bocca; Mattos (2012), as duas guerras mundiais e a recessão econômica dos anos 1930 foram essenciais para que esse assunto se tornasse tarefa de Estado, fazendo parte das pautas para a garantia da segurança nacional. Deste modo, as duas principais referências internacionais ao conceito nascem nos contextos americano e europeu, relacionadas com a garantia do abastecimento alimentar doméstico por meio do apoio à produção de alimentos considerados estratégicos.

Ainda segundo os autores citados, após a segunda Guerra Mundial, que foi marcada pela falta de alimentos “origina uma orientação produtivista e a busca pela autossuficiência produtiva de alimentos” (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012, p. 12). Assim, norteou-se a criação de estratégias específicas de intervenção, que em grande medida envolveram subsídios agrícolas, barreiras tarifárias e vários tipos de transferências de renda para os agricultores.

Além disso, a utilização do termo “segurança alimentar” nos EUA ganhou a conotação de política pública em 1985, com a Lei de Segurança Alimentar, que previa ações de gerenciamento de estoques governamentais de alimentos e programas alimentares para atender a populações em situação de vulnerabilidade (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012).

O autor Marques (2010) ressalta que, a disseminação do sentido “segurança alimentar” acontece nos países centrais do capitalismo no período do pós-guerra. Assim, são as marcas dos conflitos armados da segunda guerra mundial que a interpretação desta terminologia sendo “militar” e as estratégias de defesa destes países formam a base inicial das discussões relacionadas à segurança alimentar. “A propósito, a ideia de “arma alimentar” nos parece reforçar esta concepção” (MARQUES, 2010, p. 83).

O conceito de segurança alimentar foi mudando continuamente. Após a Conferência Mundial de Alimentação (1974) realizada pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), a Segurança Alimentar foi definida como uma “oferta de alimentos segura e adequada com base em critérios de necessidade fisicamente estabelecidos” (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012, p. 13).

Anos depois, a própria FAO revisitaria sua concepção do termo, levando em consideração dimensões socioeconômicas e culturais. Deste modo, tal conceito passou a ser entendido como “a garantia de que todos, em todo o tempo, tenham acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda às necessidades diárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012, p. 13). Com essa nova concepção, é levado em consideração a ideia de segurança nacional, trazendo à tona a questão das formas como o tema de segurança alimentar pode se relacionar com o da segurança nacional atualmente.

Desta forma, a polissemia do termo “segurança alimentar” abre margem para interpretações diferentes relacionadas à implantação de medidas de combate a fome ou à conceituação de uma alimentação adequada. Em vários destes conceitos, as agriculturas locais (familiares, diversificadas, voltadas à produção alimentar e à comercialização regional) acabam se tornando negligenciadas enquanto propulsoras de soluções assertivas de satisfação alimentar, destaca Marques (2010). O autor ainda ressalta que, várias críticas surgiram ao se tratar da falta de consideração em relação as condições de vida e de produção de grande parte das famílias agricultoras do mundo, que são o grupo social mais afetado pela insegurança alimentar.

De todo modo, a pauta “segurança alimentar” é abordada constantemente nos fóruns internacionais em torno das questões agroalimentares, naqueles organizados pela FAO. Assim, Marques (2010) ainda destaca que, mesmo assim, a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares. “Nesta ótica, a noção em questão favorece a mobilização inovadora, fecunda e integrada de temas tais como agroecologia, circuitos curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura ou desenvolvimento territorial” (MARQUES, 2010, p. 82).

É importante ressaltar que segundo Burlandy; Bocca; Mattos, (2012) o Brasil por meio de uma lei, adotou uma ampla concepção de segurança alimentar, incorporando a dimensão nutricional Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), constituída em um processo político socialmente participativo. Discussões em conferências a nível municipal, estadual e nacional,

que congregaram representantes de governo e organizações da sociedade civil, foram a base para esse processo ao longo de quase duas décadas. O autor ainda reforça que inicialmente, o termo era pautado em dois aspectos: produção e o acesso aos alimentos. Com o passar do tempo, o conceito incorporou progressivamente outras dimensões como saúde, cultura, sustentabilidade ambiental, social e econômica e, assim, acompanhou a tendência da literatura. “A discussão culminou na concepção da SAN como a realização do direito de todos ao acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas” (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012, p. 12).

2.2. O BRASIL E A SEGURANÇA ALIMENTAR: VISÃO INTRA E EXTRANACIONAL

Segundo Belik (2003), ao utilizar o conceito de segurança alimentar, pode-se originar diversas interpretações. Países ricos, que são grandes produtores agrícolas, alegam causas de segurança alimentar para impor barreiras às importações e conseqüentemente, onerar os preços dos alimentos. Países pobres por sua vez, governados por populistas, utilizam-se dessa concepção para tabelar preços e impor pesadas perdas aos produtores agrícolas objetivando “agradar” seu eleitorado.

Desta forma, a segurança alimentar é pautada por meio de interesses particulares e com isso, promove-se a destruição do meio ambiente e de hábitos culturais de um povo. O autor ainda ressalta que não há como ignorar a importância das políticas de segurança alimentar como mobilizadoras das forças produtivas.

Ainda de acordo com Belik (2003), no Brasil, desde os tempos coloniais, era nítida a preocupação dos governantes com a alimentação de sua população. Essa inquietação se transforma em políticas públicas a partir do século XX, com os movimentos sociais contra a carestia. No início, as políticas implementadas abrangiam vários quesitos como a política agrícola, distribuição de alimentos, os sistemas de abastecimento, controle de preços, etc. Porém, em 1996, as intervenções relacionadas a produção e consumo configuram outra dimensão e passam a ter outros objetivos.

Naquele ano o governo brasileiro, em conjunto com vários de países, muda seu olhar em relação ao assunto e começa a olhar esse conjunto de políticas dentro de um esforço geral para a redução da situação de fome. Belik (2003) afirma que “reunidos na Cúpula Mundial da

Alimentação, em Roma, diversos dirigentes de países – entre eles o Brasil – firmaram um compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas famintas até 2015” (BELIK, 2003, p. 13)

É importante destacar que Belik (2003) ainda reforça que anos antes, em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, de Viena, o direito à alimentação passou a ser equiparado aos demais direitos do homem estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948. Com essa mudança de enfrentamento à alimentação e o compromisso internacional para reduzir os números de fome colocam o Estado na posição de responsável pelo bem-estar alimentar em seu território.

Além disso, tendo como base o princípio do direito à alimentação, existia a possibilidade dos governos serem censurados internacionalmente por não garantir o acesso da população à alimentação. Essa mudança de perspectiva que ocorreu ao final dos anos 90, podendo ser observada internacionalmente, foi a causa de uma inspeção que ocorreu em março de 2002 por um comissário enviado ao Brasil, pela Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre o Direito à Alimentação (BELIK, 2003).

Segundo Belik (2003, p. 14), em seu relatório apresentado na 59ª reunião da Comissão em março de 2003, é destacado que aproximadamente um terço dos brasileiros sofrem de má nutrição, enquanto 18 milhões de pessoas sofrem de desnutrição crônica e aguda. O autor também observa que, apesar de a fome no Brasil não ser imediatamente evidente, devido ao fato de as pessoas não morrerem de inanição, há milhões de pessoas sofrendo com má nutrição ou subnutrição. A FAO explica que a presença da fome nem sempre é aparente devido ao corpo compensar a dieta inadequada com uma redução na atividade física e, no caso das crianças, no seu crescimento (BELIK, 2003, p. 14).

Essa situação considerada crítica, em relação à fome gerou o apoio da população e uma enorme adesão das empresas e organizações não governamentais ao Programa Fome Zero (PFZ), lançado após a eleição do Presidente Lula, em 2003. Diante de todos os problemas de gestão da administração pública e de articulação do governo, o PFZ foi considerado um avanço em relação às ações isoladas de combate à fome que se encontravam desorganizadas e sem uma forma efetiva de controle (BELIK, 2003).

2.3. INSEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO E PARADIGMAS

De acordo com a FAO (1996), a segurança alimentar é um conceito fundamental na área de agricultura e nutrição. Ela pode ser definida como a condição em que todas as pessoas têm acesso físico, econômico e social a alimentos seguros e nutritivos em quantidade suficiente para atender às suas necessidades alimentares e preferências culturais, garantindo uma vida ativa e saudável. Através dessa afirmação é possível dimensionar o seu oposto, a insegurança alimentar.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (1996), a segurança alimentar abarca quatro dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, trata-se da garantia da suficiência de alimentos para atender às necessidades de toda a população. Em seguida, refere-se ao acesso físico e econômico aos alimentos, assegurando que as pessoas tenham meios para adquiri-los. Adicionalmente, abrange a utilização adequada dos alimentos e nutrientes, considerando sua absorção biológica. Por fim, a estabilidade alimentar diz respeito à consistência ao longo do tempo dessas três condições mencionadas anteriormente.

A FAO, no contexto de seu compromisso contínuo na luta contra a fome, afirmou durante a Cimeira Mundial de Alimentação realizada em Roma, entre 13 e 17 de novembro de 1996, que todos os indivíduos possuem o direito de acesso a alimentos seguros e nutritivos. A organização reconhece que a pobreza, combinada a fatores como conflitos armados, terrorismo, insustentabilidade do planeta e corrupção, figura como a principal causa da insegurança alimentar. Nesse sentido, a FAO propõe a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável e o aumento da produção como soluções, evidenciando que sua abordagem na luta contra a fome encontra-se alinhada a perspectivas capitalistas.

Stedille e Carvalho (2012), ao discutirem o mesmo conceito, afirmam que a segurança alimentar é uma política pública implementada por governos de diferentes países. Destacam que essa política é baseada no entendimento de que todos os seres humanos têm o direito a se alimentar, e cabe ao Estado garantir os recursos necessários para essa finalidade. Os autores apontam que existem várias maneiras de garantir isso, como a distribuição de alimentos, a entrega de cestas básicas, tíquetes de refeições, a instalação de refeitórios populares subsidiados, bem como programas de renda mínima, como o Bolsa Família (STEDILLE; CARVALHO, 2012, p. 714).

Segundo a FAO (2018), a insegurança alimentar leve é uma forma de insegurança alimentar em que as pessoas têm acesso limitado a alimentos suficientes para atender às suas necessidades nutricionais básicas. Esse tipo de insegurança alimentar ocorre quando a disponibilidade de alimentos é instável ou quando as famílias encontram dificuldades em obter

alimentos nutritivos devido a restrições econômicas ou problemas de acesso. Na insegurança alimentar leve, os indivíduos podem enfrentar incertezas em relação à qualidade, quantidade e variedade dos alimentos disponíveis, porém, geralmente não sofrem privações extremas.

Conforme a FAO (2017), a insegurança alimentar moderada é um estágio mais avançado de privação alimentar em que as pessoas enfrentam dificuldades significativas para acessar alimentos adequados e suficientes para suprir suas necessidades nutricionais diárias. Nesse contexto, as famílias podem adotar estratégias de enfrentamento, como reduzir a qualidade ou a quantidade das refeições, pular refeições ou depender de alimentos de baixo custo, mas com valor nutricional limitado. A insegurança alimentar moderada pode ter impactos negativos na saúde, no crescimento e no desenvolvimento das pessoas, especialmente em crianças e mulheres grávidas.

A insegurança alimentar severa, de acordo com a FAO (2020), representa o estágio mais crítico da falta de acesso a alimentos, caracterizado pela privação extrema e pela incapacidade de suprir as necessidades nutricionais básicas. Nesse nível, as pessoas enfrentam fome e desnutrição graves, correndo riscos imediatos à saúde e até mesmo à sobrevivência. A insegurança alimentar severa é resultado de fatores complexos, como conflitos armados, desastres naturais, pobreza extrema e desigualdades sociais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Nesta seção, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. De forma geral, para atender ao objetivo central deste estudo de descrever a segurança alimentar no Brasil e evidenciar os impactos, considerando que o processo que garante a segurança e a qualidade dos alimentos, por parte do governo, das unidades de produção agropecuária, das indústrias e dos distribuidores, e também dos consumidores enfrenta dificuldades. Para isso, foram utilizados os resultados de pesquisa descritiva, que tem, entre suas finalidades, o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população (Gil, 1999).

O levantamento foi realizado por meio de pesquisas, através de palavras chaves, tratados de forma qualitativa, a partir de dados secundários de portais e ou banco de dados que envolvem pesquisas relacionados à fome no Brasil.

Os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte. Para tanto, o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto (Bogdan & Biklen, 1994). As informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir. Num estudo qualitativo, a busca por dados na investigação leva o pesquisador a percorrer caminhos diversos, isto é, utiliza uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados. Os instrumentos para constituição de dados geralmente utilizados são: questionários, entrevistas, observação, grupos focais e análise documental.

Para que o objetivo fosse atingido, neste trabalho utilizou-se os procedimentos técnicos de análise documental e pesquisa bibliográfica, partindo-se de dados e informações secundários. A pesquisa bibliográfica é uma das melhores formas de iniciar um estudo, buscando semelhanças e diferenças entre os artigos levantados nos documentos de referência. A compilação de informações em meios eletrônicos é um grande avanço para os pesquisadores democratizando o acesso e proporcionando atualização frequente (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A análise documental e bibliográfica é uma escolha adequada para este estudo, pois permite acessar uma ampla gama de dados e informações sobre segurança alimentar no Brasil. Por meio dessa abordagem, é possível utilizar documentos governamentais, relatórios técnicos, artigos científicos, dados estatísticos e outras fontes relevantes para obter informações confiáveis e atualizadas sobre o tema em questão.

Este estudo é constituído pela utilização de dados quantitativos provenientes da FAO. O portal oficial mantido pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) reúne informações estatísticas sobre agricultura, alimentação e segurança alimentar. Ele oferece uma ampla gama de dados e estatísticas relacionados as questões mencionadas, desta forma, é uma ferramenta valiosa para pesquisadores profissionais. Além da FAO, também é utilizado neste estudo o banco de dados fornecido pelo portal “Olhe Para a Fome”, que demonstra os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil,

Os dados para esta pesquisa foram coletados através do site oficial da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), através do endereço eletrônico <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>, do ano de 2023 e os filtros aplicados para a pesquisa contemplam o Brasil como nação para a realização da pesquisa além dos itens, prevalência de desnutrição, prevalência de insegurança alimentar grave na população total, prevalência de insegurança alimentar grave na população adulta masculina, prevalência de insegurança alimentar grave na população adulta feminina, prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total, Insegurança alimentar moderada ou grave na população adulta feminina e Insegurança alimentar moderada ou grave na população adulta masculina.

Complementando esta pesquisa, houve também uma coleta de dados a partir do site Olhe Para a Fome. Os dados coletados no site Olhe Para a Fome <https://olheparaafome.com.br/> contemplam que a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) apresenta à sociedade brasileira os resultados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) com o objetivo de manter o monitoramento ativo da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), com divulgação ampla de seus resultados, dando transparência e relevo à situação emergencial da fome.

Em conjunto, a análise documental e bibliográfica, aliada à abordagem qualitativa de dados e informações, proporciona uma visão abrangente e aprofundada da segurança alimentar no Brasil. Essa metodologia permite descrever os níveis de segurança alimentar, identificar e caracterizar a situação no país, além de realizar uma discussão embasada nos dados disponíveis. Com isso, espera-se contribuir para o entendimento e a melhoria da segurança alimentar no Brasil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados os conteúdos que respondem aos objetivos específicos da pesquisa, na sequência em que foram anunciados: i) descrever os níveis de segurança alimentar; ii) identificar e caracterizar a segurança alimentar no Brasil; iii) descrever os impactos da segurança alimentar no Brasil.

4.1. SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: ANÁLISE DESCRITIVA

Nesta seção, será apresentada uma descrição do mapa da fome no Brasil, incluindo o número de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar e os diferentes tipos de insegurança alimentar enfrentados pela população. Além disso, serão discutidos os determinantes socioeconômicos e sociodemográficos da insegurança alimentar no Brasil.

De acordo com as informações obtidas do site "Olhe para a Fome" e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em relação à segurança alimentar. Um número considerável de pessoas vive em situação de insegurança alimentar, o que significa que não têm acesso regular e adequado a alimentos nutritivos e suficientes.

A FAO ressalta que a insegurança alimentar no Brasil e no mundo abrange diferentes tipos, como a insegurança alimentar leve, moderada e grave. A insegurança alimentar leve ocorre quando há preocupações e incertezas em relação ao acesso futuro aos alimentos, enquanto a insegurança alimentar moderada envolve a redução quantitativa da ingestão de alimentos devido a restrições financeiras. Já a insegurança alimentar grave é caracterizada pela fome, quando as pessoas enfrentam privação severa de alimentos e passam por períodos de jejum.

Os determinantes da insegurança alimentar no Brasil são multifatoriais e envolvem aspectos socioeconômicos e sociodemográficos. Entre os fatores socioeconômicos a FAO destaca a pobreza, o desemprego, a desigualdade de renda e o acesso limitado a recursos e serviços básicos. Os fatores sociodemográficos incluem idade, gênero, raça/etnia e localização geográfica.

4.1.1. A Insegurança Alimentar: O Caso Da Pandemia de COVID-19

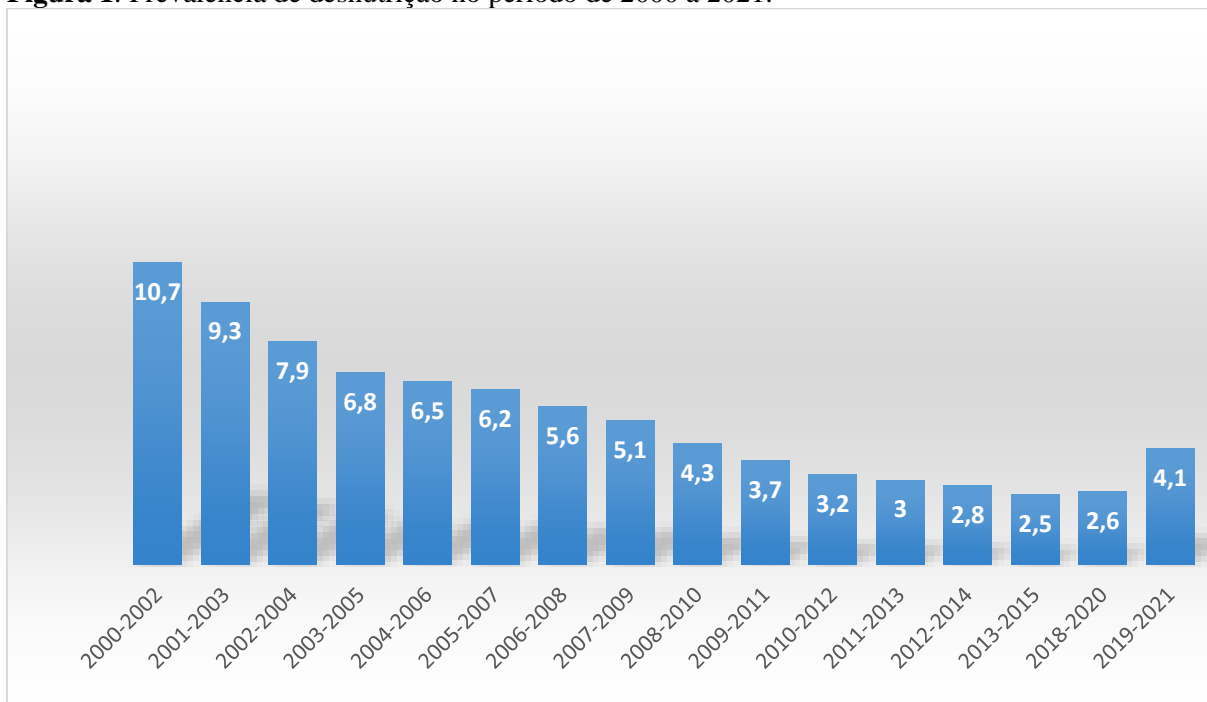
Durante a pandemia de COVID-19, a insegurança alimentar no Brasil foi agravada devido aos impactos econômicos e sociais decorrentes das restrições de mobilidade e do aumento do desemprego. Muitas pessoas perderam suas fontes de renda e enfrentaram dificuldades para obter alimentos suficientes e nutritivos. A pandemia também expôs as desigualdades existentes no acesso à alimentação, afetando especialmente os grupos mais vulneráveis da sociedade, fato este que é evidenciado no site Olhe Para a Fome.

A análise da insegurança alimentar durante a pandemia revela a importância de políticas públicas e ações governamentais para garantir o acesso regular e adequado aos alimentos. Programas de transferência de renda, distribuição de cestas básicas e ações voltadas para a promoção da agricultura familiar e da segurança alimentar podem desempenhar um papel fundamental na redução da insegurança alimentar.

Portanto, os resultados desta análise descritiva destacam a necessidade de abordagens integradas que considerem tanto os determinantes socioeconômicos quanto os sociodemográficos da insegurança alimentar no Brasil. É fundamental que as políticas públicas se concentrem em mitigar esses determinantes, promovendo a inclusão social, a redução da pobreza, a melhoria do acesso a serviços básicos e o fortalecimento da produção.

Os dados obtidos do site da FAO demonstram os níveis dos tipos de insegurança alimentar no que tange o período anterior e durante a pandemia no Brasil, a figura 1 apresenta a prevalência de desnutrição.

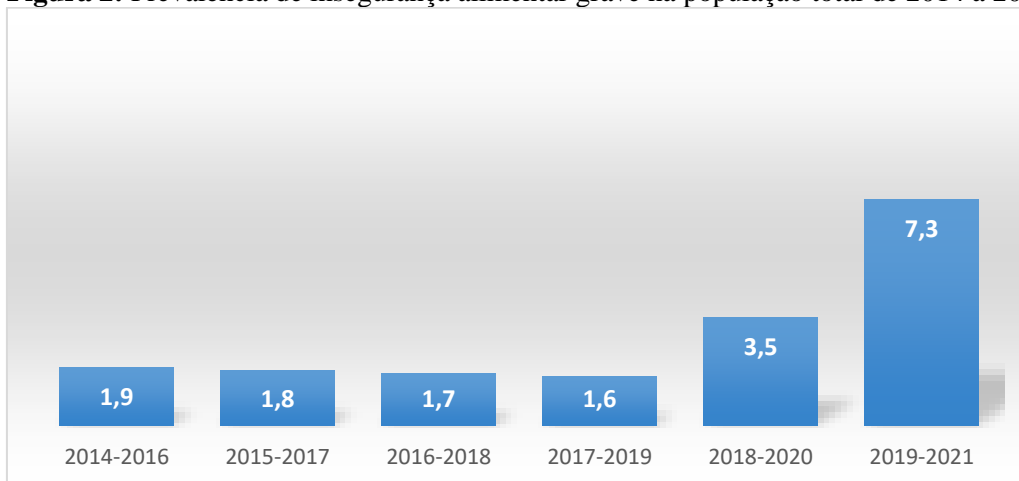
Figura 1: Prevalência de desnutrição no período de 2000 a 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FAO (2023).

A figura 1 ilustra a evolução da prevalência de desnutrição ao longo do tempo, considerando dados médios de três anos. Durante esse período, houve uma redução gradual na taxa de desnutrição, iniciando em 10,7% em 2000-2002 e atingindo o ponto mais baixo de 2,5% em 2013-2015. Isso indica uma melhoria na situação da desnutrição. No entanto, nos últimos períodos analisados, houve um aumento na taxa, chegando a 4,1% em 2019-2021. A figura 2 apresenta insegurança alimentar grave na população total.

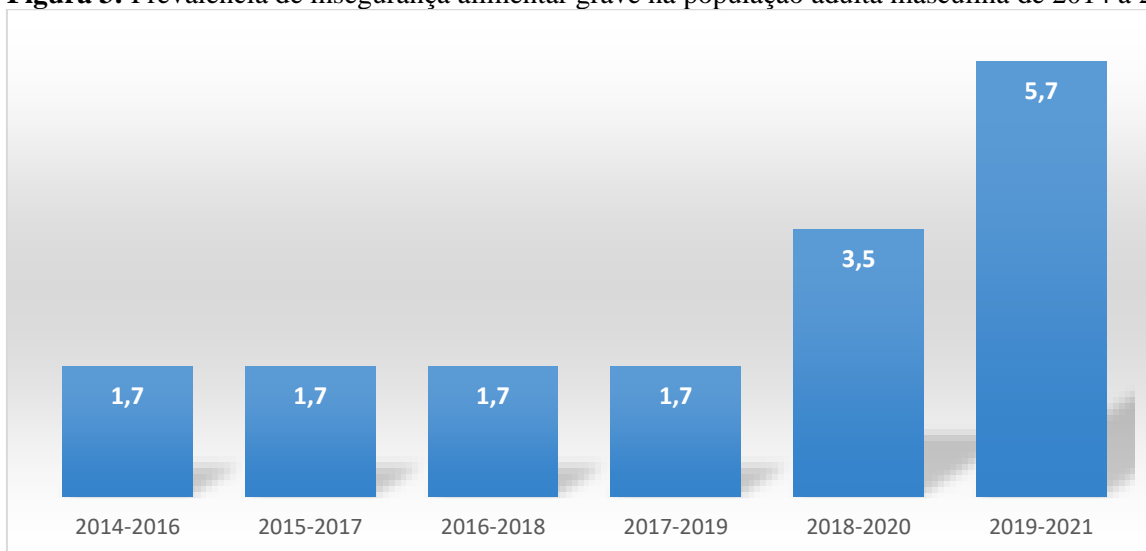
Figura 2: Prevalência de insegurança alimentar grave na população total de 2014 a 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FAO (2023).

A figura 2 relata a taxa de insegurança alimentar grave na população em geral mostrou uma redução consistente nos primeiros anos analisados (2014-2019), atingindo o nível mais baixo de 1,6%. No entanto, nos períodos mais recentes (2018-2021), ocorreu um aumento significativo, com a taxa subindo para 3,5% e depois para 7,3%. Esses dados revelam um aumento preocupante na vulnerabilidade das pessoas em relação à disponibilidade e acesso a alimentos adequados, destacando a necessidade urgente de medidas para enfrentar essa situação. A figura 3 apresenta a insegurança alimentar grave na população adulta masculina.

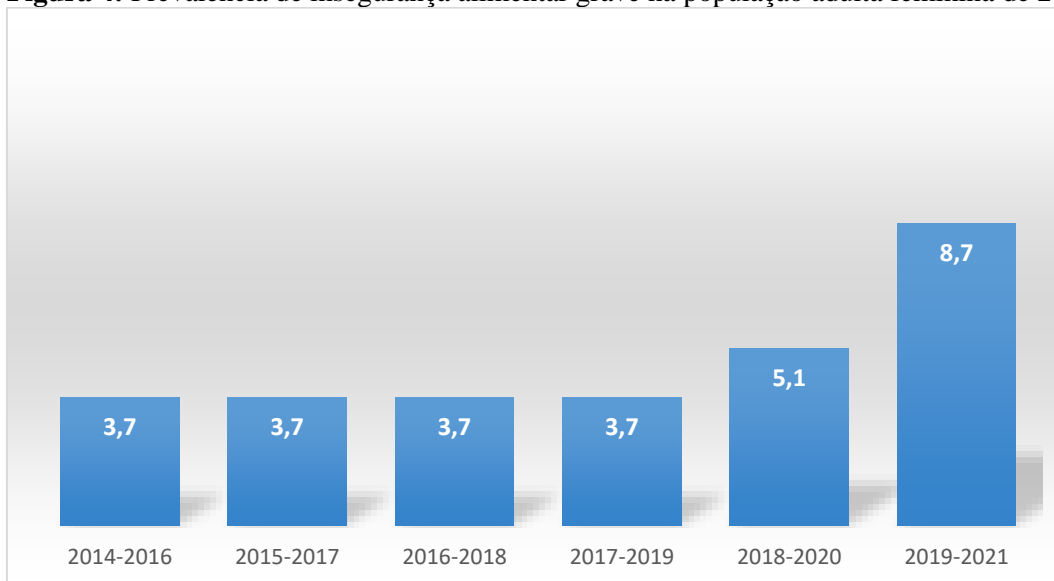
Figura 3: Prevalência de insegurança alimentar grave na população adulta masculina de 2014 a 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FAO (2023).

A figura 3 retrata a porcentagem de insegurança alimentar severa entre os homens adultos ao longo do período analisado. Durante o período inicial de 2014 a 2018, a taxa permaneceu relativamente estável em 1,7%. No entanto, a partir de 2018, houve um aumento significativo, atingindo 3,5% em 2020. Esse crescimento preocupante continuou nos anos seguintes, chegando a 5,7% em 2021. Esses dados indicam uma tendência preocupante de aumento da insegurança alimentar grave entre os homens adultos, exigindo medidas efetivas para combater esse problema e garantir o acesso adequado a alimentos para essa população. A figura 4 apresenta a insegurança alimentar grave adulta feminina.

Figura 4: Prevalência de insegurança alimentar grave na população adulta feminina de 2014 a 2021.

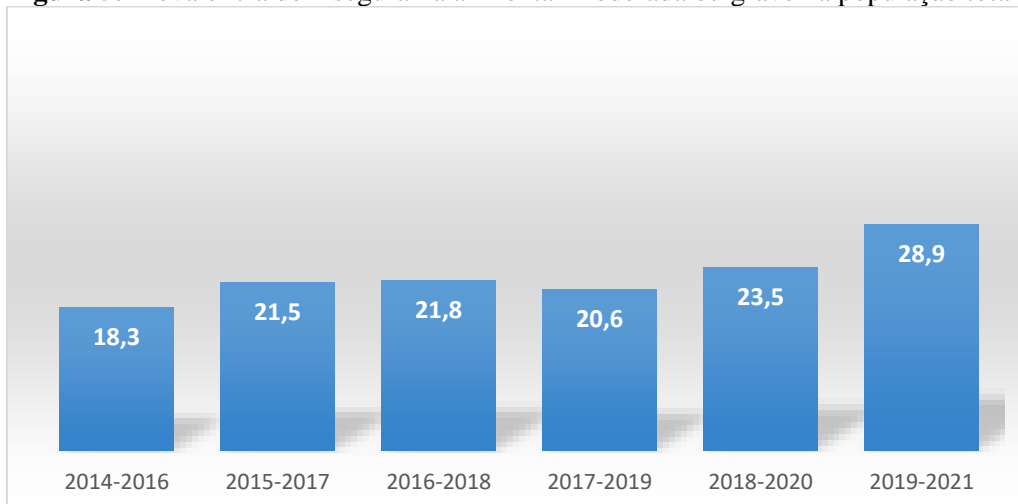


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FAO (2023).

Os dados da figura 4 demonstram que durante o período de 2014 a 2019, a taxa de insegurança alimentar grave entre as mulheres adultas se manteve relativamente estável, em torno de 3,7%. No entanto, a partir de 2018, houve um aumento progressivo nesse índice, atingindo o valor de 8,7% em 2019-2021. Esses dados revelam um significativo crescimento da insegurança alimentar grave entre as mulheres adultas nesse período. Essa mudança pode ser atribuída a desafios econômicos, instabilidade financeira, questões sociais e possíveis alterações nas políticas governamentais relacionadas ao acesso a uma alimentação adequada e saudável.

A figura 5 apresenta a insegurança moderada ou grave em relação à população total.

Figura 5: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total de 2014 a 2021.

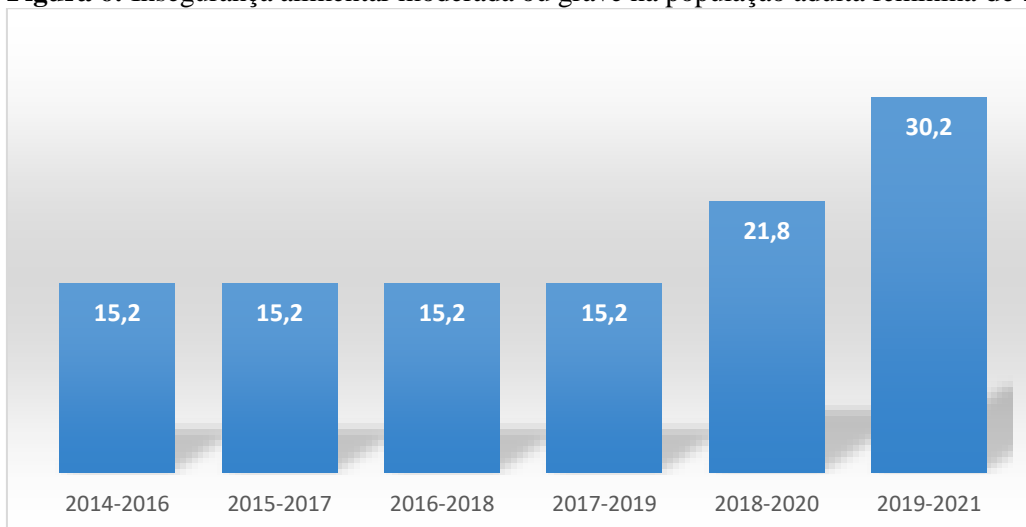


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FAO (2023).

A figura 5 demonstra que a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total teve uma variação ao longo de seis anos. Começando em 18,3% em 2014-2016, houve um aumento para 21,5% em 2015-2017 e 21,8% em 2016-2018. Em seguida, houve uma diminuição para 20,6% em 2017-2019, seguida por um aumento para 23,5% em 2018-2020. O período mais recente registrado, de 2019-2021, apresentou a maior prevalência de 28,9%. Esses números destacam a necessidade de ações para lidar com a insegurança alimentar na população total. Esse resultado evidenciou que a insegurança alimentar na população em análise está em constante flutuação ao longo dos anos, com oscilações significativas em sua prevalência. A tendência de aumento intercalada com pequenas diminuições nos índices de insegurança alimentar aponta para a complexidade do problema e a necessidade de abordagens eficazes e contínuas para enfrentá-lo.

Além disso, no período de 2019-2021, foi observada a confluência de fatores críticos, incluindo uma crise econômica e a chegada da pandemia de COVID-19. Esses eventos aprofundaram ainda mais a questão da insegurança alimentar, colocando a população em uma situação ainda mais vulnerável. De acordo com Schappo (2021) a crise econômica impactou a renda das famílias e o acesso a recursos essenciais, enquanto a pandemia trouxe desafios adicionais relacionados à saúde pública, restrições de mobilidade e interrupções na cadeia de abastecimento, agravando a já precária situação de muitos indivíduos e famílias em relação à segurança alimentar.. A figura 6 apresenta a insegurança alimentar moderada ou grave na população adulta feminina.

Figura 6: Insegurança alimentar moderada ou grave na população adulta feminina de 2014 a 2021.

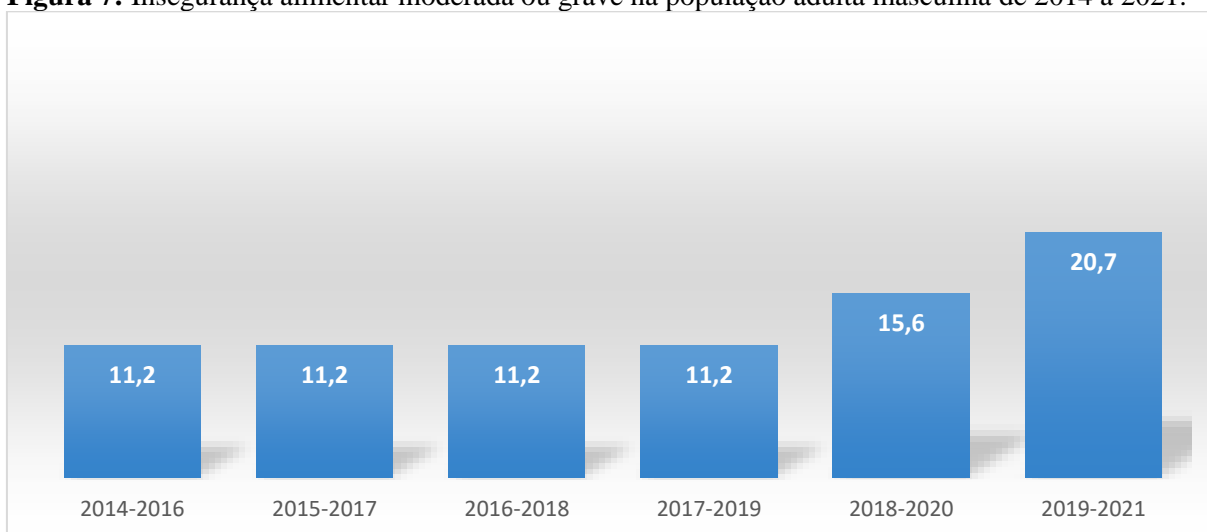


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FAO (2023).

Os dados da figura 6 apresenta informações sobre a quantidade de mulheres adultas que sofrem com insegurança alimentar moderada ou grave ao longo de seis anos. Inicialmente, entre 2014 e 2018, a porcentagem de mulheres nessas condições permaneceu em torno de 15,2%, indicando certa estabilidade. No entanto, a partir de 2018, houve um aumento significativo, atingindo 30,2% em 2019-2021. Esse aumento sinaliza um crescente problema de insegurança alimentar entre as mulheres adultas, possivelmente influenciado por desafios econômicos e sociais. Segundo Souza et al.(2021) esse aumento da porcentagem de insegurança alimentar entre as mulheres adultas pode ser atribuída a desafios socioeconômicos, como disparidades de gênero no mercado de trabalho, carga de responsabilidades familiares e falta de acesso a recursos econômicos, que as tornam mais vulneráveis à instabilidade alimentar.

A figura 7 apresenta a insegurança alimentar moderada ou grave na população masculina adulta.

Figura 7: Insegurança alimentar moderada ou grave na população adulta masculina de 2014 a 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FAO (2023).

A figura 7 retrata a porcentagem de homens adultos que enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave ao longo de seis anos. Nos primeiros quatro anos, a taxa se manteve estável em torno de 11,2%. No entanto, nos últimos dois anos, houve um aumento significativo, atingindo 15,6% e posteriormente 20,7%. Esses dados indicam uma tendência preocupante de piora da insegurança alimentar entre os homens adultos ao longo do período analisado.

Comparando os resultados da Figura 6 com os da Figura 7, observa-se que as mulheres adultas apresentam uma taxa mais elevada de insegurança alimentar moderada ou grave em relação aos homens adultos. Enquanto a porcentagem de mulheres nessa categoria atingiu

30,2% no período mais recente (2019-2021), a taxa correspondente para homens, conforme a Figura 7, foi de 20,7%. Isso indica uma diferença de gênero notável, com as mulheres experimentando níveis mais altos de insegurança alimentar em relação aos homens durante o período de análise. Além disso, ambas as tendências mostram um aumento significativo na insegurança alimentar nos anos mais recentes em ambos os grupos.

4.2. SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

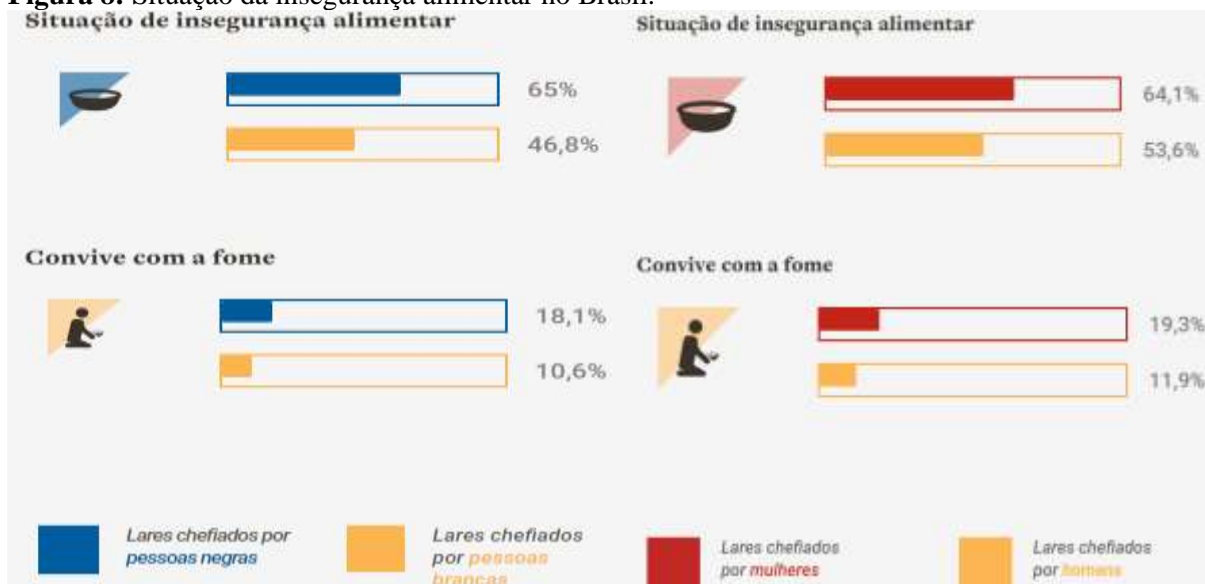
Ao analisar a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, é essencial destacar que a fome não é um fenômeno recente no país. Ela tem raízes profundas na desigualdade social, nas políticas econômicas inadequadas e nas disparidades regionais que persistem há décadas.

Antes mesmo da pandemia, o Brasil já enfrentava desafios significativos em relação à segurança alimentar. Entre 2003 e 2014, houve avanços consideráveis na redução da fome e da pobreza, com o país sendo retirado do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Isso foi resultado de políticas públicas eficazes, como o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que promoviam a inclusão social e o acesso à alimentação.

No entanto, a partir de 2015, com a crise econômica e as mudanças políticas, houve um retrocesso nesses avanços. Políticas de austeridade fiscal, cortes em programas sociais e a falta de prioridade dada à segurança alimentar contribuíram para o aumento da insegurança alimentar no país. A concentração de renda, o desemprego e a informalidade também tiveram impacto direto na capacidade das famílias de garantir uma alimentação adequada.

As vítimas históricas da fome no Brasil são, em sua maioria, populações vulneráveis e marginalizadas, como os povos indígenas, comunidades quilombolas, população negra, mulheres chefes de família, crianças e idosos. Esses grupos já enfrentavam desafios estruturais de acesso à alimentação antes da pandemia, e a crise sanitária apenas agravou a problemática. Dito isso, a figura 8 apresenta os dados que comprovam a situação alimentar no Brasil.

Figura 8: Situação da insegurança alimentar no Brasil.



Fonte: Olhe para a Fome (2022).

Através da análise dos dados acima coletados em “olhe para a fome” é possível concluir que cerca de 60% dos lares chefiados por mulheres enfrentam insegurança alimentar. Nas residências em que a mulher é a figura de referência, a proporção de pessoas sofrendo de fome aumentou de 11,2% para 19,3%. Nos lares com homens como responsáveis, a fome aumentou de 7,0% para 11,9%. Esse cenário é influenciado, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros. O aumento da fome na população negra é de 70%.

Mesmo quando os rendimentos mensais estão acima do salário-mínimo por pessoa, a insegurança alimentar é maior nos domicílios em que a pessoa de referência se autodeclara como negra ou parda. Esse resultado é consistente com as descobertas de Souza et al. (2021), que também destacaram que a insegurança alimentar é mais prevalente entre as pessoas que se autodeclararam como negras ou pardas, mesmo quando os rendimentos mensais estão acima do salário-mínimo por pessoa.

Enquanto 53,2% dos domicílios chefiados por pessoas autodeclaradas brancas têm segurança alimentar, essa proporção cai para 35% nos lares com pessoas de cor preta ou parda. Em outras palavras, 65% dos lares liderados por pessoas negras ou pardas enfrentam restrição de alimentos. Nas residências comandadas por pessoas de cor preta ou parda, a segurança

alimentar sofreu uma redução significativa entre 2020 e 2022, caindo de 41,5% para 35%. Por outro lado, a incidência de fome aumentou de 10,4% para 18,1%.

A interpretação dos dados revela que a insegurança alimentar é uma realidade preocupante nos lares chefiados por mulheres e na população negra. Cerca de seis em cada dez famílias lideradas por mulheres enfrentam incerteza em relação à alimentação, e a prevalência da fome é maior nessas famílias em comparação com os lares liderados por homens. A desigualdade salarial entre gêneros é apontada como um fator que contribui para essa disparidade. Além disso, a insegurança alimentar é mais prevalente nos lares com pessoas negras ou pardas, mesmo quando os rendimentos estão acima do salário-mínimo. Esses dados indicam a necessidade de medidas para combater a desigualdade de gênero e racial, promovendo o acesso equitativo à alimentação adequada para todas as pessoas.

4.2.1. Identificação e Caracterização por Território

Segundo BELIK (2003), ao utilizar o conceito de segurança alimentar, pode-se originar diversas interpretações. Países ricos, que são grandes produtores agrícolas, alegam causas de segurança alimentar para impor barreiras às importações e conseqüentemente, onerar os preços dos alimentos. Por outro lado, países pobres governados por líderes populistas utilizam-se do conceito para controlar os preços dos alimentos e obter apoio dos eleitores. Essas políticas de segurança alimentar são, portanto, um aspecto importante para a economia dos países.

No Brasil, a preocupação com a alimentação da população remonta à época colonial. Conforme destacado por BELIK (2003), essa preocupação se transformou em políticas públicas no século XX, impulsionadas pelos movimentos sociais contra a carestia. A partir de então, foram implementadas diversas ações e programas voltados para a segurança alimentar e nutricional da população.

Um marco importante nesse contexto foi a criação do programa Fome Zero em 2003, que tornou a segurança alimentar uma prioridade para o Estado brasileiro. Segundo KEPPLER (2011), esse esforço governamental, aliado à mobilização da sociedade civil, resultou na necessidade de desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações e políticas implementadas. O estabelecimento de indicadores de segurança alimentar e nutricional tornou-se fundamental para medir o impacto das políticas na população.

Nesse sentido, é importante compreender a evolução do conceito de segurança alimentar no Brasil. De acordo com BURLANDY, BOCCA e MATTOS (2012), o país adotou uma ampla

concepção de segurança alimentar e nutricional, incorporando dimensões como saúde, cultura, sustentabilidade ambiental, social e econômica. Esse processo foi resultado de discussões e conferências que envolveram representantes do governo e organizações da sociedade civil ao longo de quase duas décadas.

A visão intranacional da segurança alimentar no Brasil refere-se à garantia do acesso permanente a alimentos de qualidade para toda a população, sem comprometer outras necessidades essenciais. Esse enfoque inclui a produção, o acesso, a disponibilidade e a qualidade dos alimentos, bem como a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, a segurança alimentar no contexto brasileiro está intrinsecamente ligada às desigualdades sociais, econômicas e regionais do país. Neste contexto, observa-se os benefícios sociais mas que através de dados é possível constatar que sozinhos não são capazes de frear a fome.

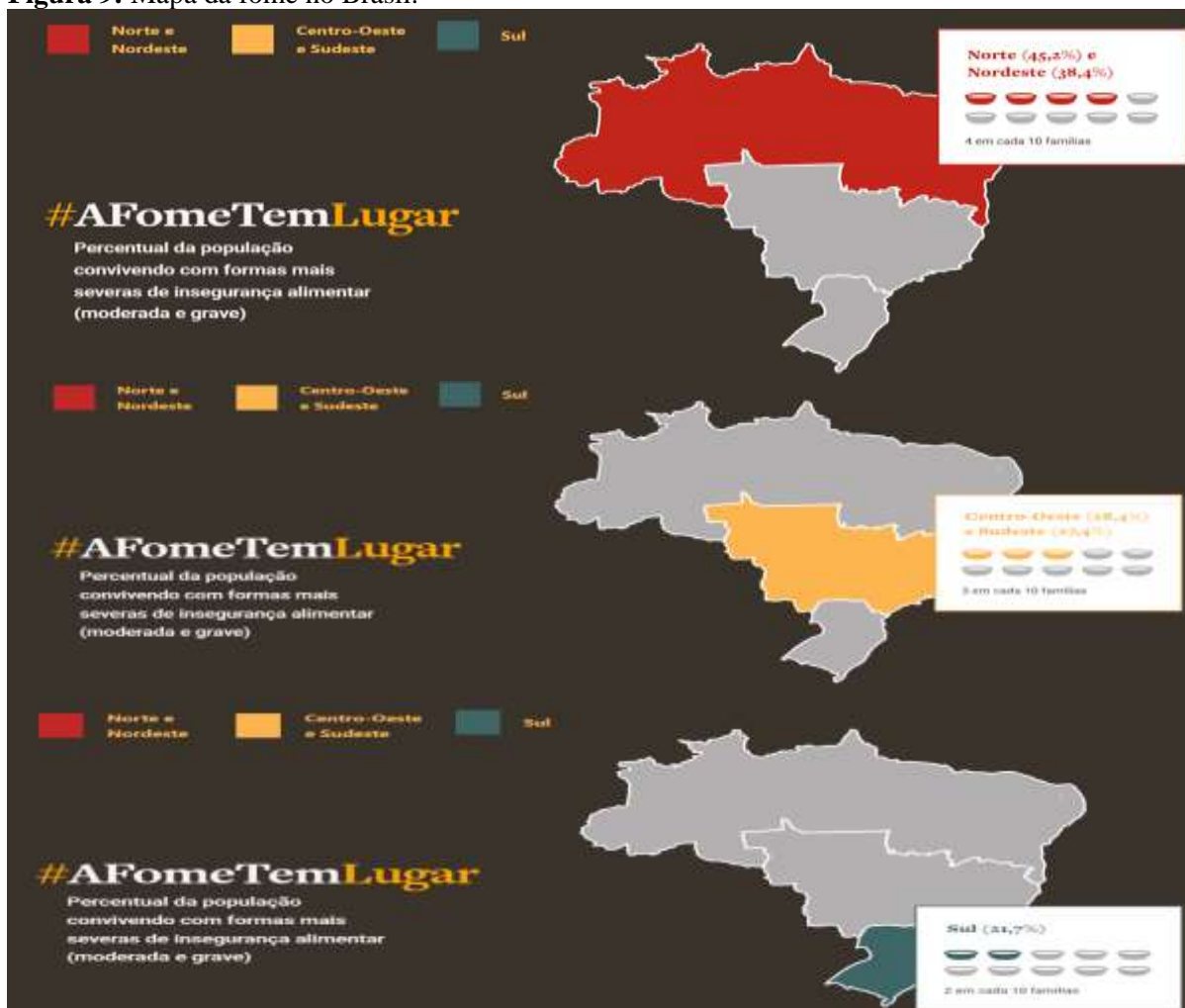
Através dos dados apresentados anteriormente aplicados ao contexto acima é possível perceber que a insegurança alimentar moderada e grave aumentou mesmo entre os domicílios que recebiam auxílio financeiro dos programas sociais. Cerca de 32,7% das famílias que recebiam esses benefícios enfrentam a fome, comparado a 29,4% das famílias que não os recebiam. Por outro lado, a presença de pelo menos um(a) morador(a) aposentado(a) pelo INSS contribui para uma maior segurança alimentar, com 46,5% dos domicílios nessa situação. A fome é mais comum em residências sem aposentados, atingindo 16,7%. Esses dados evidenciam a necessidade de abordar as causas subjacentes da insegurança alimentar, garantindo o acesso adequado a alimentos para todas as famílias, independentemente de benefícios ou aposentadoria.

No âmbito extranacional, o Brasil também se posiciona como um importante ator na segurança alimentar global. O país é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, contribuindo para o abastecimento alimentar de diversos países. No entanto, essa posição também gera desafios, como a conciliação entre a produção para exportação e a garantia da segurança alimentar da própria alimentar. Segundo dados do relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" da FAO (2021), estima-se que cerca de 10,3 milhões de pessoas no Brasil ainda sofrem com a insegurança alimentar grave, ou seja, não têm acesso regular e suficiente a alimentos nutritivos.

Existem disparidades regionais no acesso à alimentação. O Nordeste brasileiro, por exemplo, é uma região que historicamente enfrenta maiores desafios em relação à segurança alimentar. Condições climáticas desfavoráveis, como secas prolongadas, aliadas a problemas estruturais e de desenvolvimento, contribuem para a vulnerabilidade dessa região e termos de

disponibilidade e acesso a alimentos.

Figura 9: Mapa da fome no Brasil.



Fonte: Olhe para a Fome (2022).

De acordo com os dados apresentados acima é possível concluir que em média, considerando todas as áreas geográficas, cerca de 30% das famílias manifestaram incerteza quanto à sua capacidade de obter alimentos no futuro próximo e preocupação em relação à qualidade da comida nos próximos tempos.

No que diz respeito às diferentes regiões, 40% das famílias das áreas Norte e Nordeste, 30% das regiões Centro-Oeste e Sudeste, e 20% da região Sul relataram uma redução parcial ou significativa no consumo de alimentos nos três meses anteriores às entrevistas do II VIGISAN.

As formas mais graves de insegurança alimentar, ou seja, aquelas consideradas moderadas ou graves, afetam uma proporção maior da população nas regiões Norte (45,2%) e

Nordeste (38,4%).

Os dados indicam que a insegurança alimentar é uma preocupação significativa em todo o país, afetando aproximadamente 30% das famílias de forma geral. No entanto, existem disparidades regionais, com as regiões Norte e Nordeste apresentando uma proporção maior de famílias (40%) que relataram uma redução no consumo de alimentos nos últimos três meses. Além disso, essas regiões também sofrem com uma maior prevalência de formas mais graves de insegurança alimentar, afetando 45,2% da população na região Norte e 38,4% na região Nordeste. Esses números evidenciam a necessidade de medidas específicas para enfrentar a insegurança alimentar nessas regiões, buscando garantir o acesso adequado a alimentos para suas populações.

No cenário internacional, o Brasil desempenha um papel importante como produtor e exportador de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar global. A agricultura brasileira é reconhecida pela produção de commodities como soja, milho, carne bovina e avícola, entre outros. No entanto, é necessário um equilíbrio entre a produção para exportação e a garantia da segurança alimentar da população interna.

Em suma, a segurança alimentar no Brasil é um tema complexo e multifacetado. O país enfrenta desafios significativos em relação à insegurança alimentar, especialmente nas regiões mais pobres e vulneráveis. No entanto, existem políticas e programas em andamento que buscam enfrentar esses problemas, promovendo o acesso a alimentos de qualidade e a adoção de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, o Brasil desempenha um papel relevante no cenário global como produtor e exportador de alimentos, sendo necessário conciliar essa posição com a garantia da segurança alimentar da própria população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos e a importância da qualidade alimentar para o Brasil. Essa análise buscou compreender como a qualidade dos alimentos afeta a população e a sociedade em geral, considerando diversos fatores que influenciam a segurança alimentar e nutricional no país. Os resultados da análise revelam uma tendência de aumento nos níveis de insegurança alimentar ao longo do período analisado. Essa tendência foi observada tanto na população em geral quanto em grupos específicos, como mulheres e pessoas que se autodeclararam como negras ou pardas.

A insegurança alimentar é influenciada por diversos fatores, incluindo desafios econômicos, disparidades de gênero e questões raciais. As mulheres e grupos racialmente minoritários enfrentam níveis desproporcionais de insegurança alimentar, mesmo quando os rendimentos mensais estão acima do salário-mínimo por pessoa. Isso ressalta a importância de políticas e estratégias que levem em consideração essas disparidades e busquem garantir acesso a alimentos de qualidade e nutrição adequada para todos.

Além disso, eventos como a conjuntura econômica e a chegada da pandemia agravaram a insegurança alimentar. Esses acontecimentos destacam a vulnerabilidade de muitos indivíduos e famílias em relação à segurança alimentar e a importância de sistemas de proteção social que possam fornecer apoio em momentos de crise.

Os resultados revelam que aproximadamente 30% das famílias brasileiras têm preocupações quanto à obtenção de alimentos no futuro próximo e à qualidade da comida. As regiões Norte e Nordeste enfrentam níveis mais elevados de insegurança alimentar, com 40% das famílias relatando uma redução no consumo de alimentos nos últimos três meses e uma prevalência de formas mais graves de insegurança alimentar, atingindo 45,2% e 38,4%, respectivamente.

É importante reconhecer que a insegurança alimentar não é apenas uma questão local, mas também uma preocupação global. O Brasil desempenha um papel relevante como produtor e exportador de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar em escala internacional. Portanto, equilibrar as necessidades internas de sua população com sua posição global é um desafio crucial.

Em resumo, a segurança alimentar é uma questão de grande relevância que requer esforços contínuos e colaborativos, tanto a nível nacional quanto global, para garantir que todas as pessoas tenham acesso adequado a alimentos nutritivos e de qualidade. Uma limitação

importante deste estudo reside na utilização de um conjunto limitado de indicadores para avaliar a segurança alimentar no Brasil. Embora esses indicadores tenham fornecido informações concretas, uma abordagem mais abrangente, incorporando uma variedade de indicadores adicionais, poderia ter oferecido uma visão mais completa e detalhada da realidade da segurança alimentar no país.

Outros fatores que levaram a limitação deste trabalho seriam a análise temporal na qual foi realizado um recorte dos anos 2000 a 2022, fato este que demonstra que o trabalho não contempla toda a história do Brasil no que tange as questões de segurança alimentar, dito isso, para estudos futuros, outros períodos podem ser analisados visando uma maior compreensão e detalhamento da dimensão do tema. Ademais, como sugestões futuras também ressalvo a necessidade de realizar pesquisas direcionadas a como aspectos econômicos, instabilidade financeira, questões sociais e possíveis alterações nas políticas governamentais relacionadas ao acesso a uma alimentação adequada e saudável e como esses eventos podem aprofundar ainda mais a questão da insegurança alimentar, colocando a população em uma situação ainda mais vulnerável

REFERENCIAS

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. 1994. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora

BURLANDY, Luciene; BOCCA, Cláudia; MATTOS, Ruben Araujo de. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 25, p. 9-20, 2012.

CAVALLI, Suzi Barletto. Segurança alimentar: a abordagem dos alimentos transgênicos. **Revista de Nutrição**, v. 14, p. 41-46, 2001.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action 1996. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.HTM>.

_____. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação. Roma**, 13 a 17 nov. 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm> Acesso em: 13/06/2023.

_____. The State of Food Security and Nutrition in the World 2017 Disponível em <http://www.fao.org/3/a-I7695E.pdf>.

_____. The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Disponível em <http://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf>.

_____. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Disponível <http://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf>.

_____. FAOSTAT. Suite of Food Security Indicators. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>. Acesso em: 16 de Junho de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

OLHE PARA A FOME. A fome e a insegurança alimentar, avanço em todo Brasil. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

SCHINDLER, Pamela S.; COOPER, Donald R. Métodos de pesquisa em administração. **Porto Alegre**, 2003.

SOUZA, M. T. S; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Rev. Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf>.

SOUSA, Luna Rezende Machado de; DITTERICH, Rafael Gomes; MELGAR-QUINÓNEZ, Hugo. A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200651, 2021.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. *et. al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.714/723.